



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0005998-41.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Habilitação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**  
 Requerente: **LOPES & CASTELO SOCIEDADE DE ADVOGADOS LTDA**  
 Requerido: **OPTO ELETRONICA SA e outro**

Prioridade Idoso

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de incidente promovido por **LOPES & CASTELO SOCIEDADE DE ADVOGADOS LTDA**, cadastrado como "habilitação de crédito". No referido incidente a requerente alega que concorda com o crédito declarado nos autos da recuperação judicial, no valor de R\$ 3.440,68.

Juntamente com a inicial vieram os documentos de fls. 02/11.

As recuperandas se manifestaram às fls. 18/21, informando que o valor será pago em conformidade com o que for aprovado no plano de recuperação.

O administrador judicial pediu a extinção (fls. 25/30).

A requerente reiterou o pedido, e o Ministério Público não se opôs (fls. 34 e 41).

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Compulsando os autos, não vislumbro razão para a inclusão do crédito ora postulado pela requerente.

Isso porque à fl. 1872 dos autos da recuperação judicial já consta o crédito, no mesmo valor ora pleiteado.

Portanto, não há interesse processual no deslinde, uma vez que a inclusão do exato crédito já foi feita.

Diante do exposto, **EXTINGO** o feito, sem exame do mérito, com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.

Sem custas e honorários, por se tratar de mero incidente.

Cientifique-se o representante do MP.

P.R.I.

São Carlos, 13 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**